



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO – DRHS
MODERNIZAÇÃO LEI 10.350/1994

1 **Dados da oficina:** No dia dezoito de março de dois mil e vinte e um, às quatorze
2 horas, ocorreu a oficina de modernização da Lei 10.350/1994 – Universidades, de
3 maneira totalmente online, via aplicativo Cisco Webex. **Presentes:** Vitor Emanuel
4 Quevedo – UFPEL; Guilherme Marques – UFRGS; Cleber Palma Silva – FURG;
5 Marcos Paulo Scherer – UNIJUI; Alexandre Swarowski – UFSM; Valéria Borges Vaz
6 – UNISC; Carlos Alberto Mendes – UNISINOS; Adriana Salbego – UNIPAMPA; Paulo
7 Renato Paim – DRHS/SEMA; Patrícia Moreira Cardoso – DRHS/SEMA; Carmem Silva
8 – CRH/SEMA; Gabriel Frota – CRH/SEMA; Raíza Schuster – DRHS/SEMA; Aline
9 Kaliski – DRHS/SEMA; Walter Souza – DRHS/SEMA. Amanda Fadel dá início à oficina
10 colocando que devido a sobreposição de agendas o diretor Paulo Paim não poderá
11 fazer a mediação, porém, participará dentro da medida do possível. Solicita que todos
12 se apresentem e faz breve contextualização da oficina e a metodologia adotada. Após
13 introdução, abre a palavra para primeiras considerações dos membros presentes.
14 **Assuntos Debatidos:** Na ausência do instrumento da Cobrança, quais alternativas
15 seu grupo de interesse sugere para garantir a sustentabilidade econômica e financeira
16 do Sistema – Guilherme Marques coloca que no seu entendimento há gargalos quanto
17 à sustentabilidade financeira do sistema, sendo um deles referente ao apoio técnico
18 que deve ser feito pelas agências e o outro é a fonte de recursos para financiamento
19 das ações dos planos de bacia. Cita ainda que, sem a cobrança, acredita ser muito
20 difícil atingir a sustentabilidade financeira do sistema. Alexandre Swarowsky coloca
21 que o sistema já mostrou que não é viável depender do Fundo de Recursos Hídricos
22 como única fonte de financiamento. Cita que há o exemplo do Comitê Pardo, que vem
23 se movimentando para utilização do rateio de custos para financiamento de algumas
24 ações do seu plano de bacia. Valéria Borges Vaz coloca que entende que o rateio de
25 custos é uma alternativa para financiamento de algumas ações bem específicas. Vitor
26 Emanuel Quevedo coloca que um dos pontos que deve se ter atenção é que, em
27 muitas bacias, o potencial arrecadatório da cobrança não supre as demandas de
28 manutenção do apoio técnico. Portanto, entende que é necessário rever o número de
29 agências, visando que o sistema possa ser sustentável financeiramente, levando em
30 conta que ainda há mais as ações dos planos de bacia que devem ser financiadas.
31 Cita ainda que, na visão da universidades, os serviços de saneamento devem ser o
32 foco inicial da implantação da cobrança, principalmente pela questão da emissão de
33 efluentes, e com foco nas regiões onde não há outros setores com potencial
34 arrecadatório. Guilherme Marques coloca que talvez o financiamento privado seja
35 solução para algumas bacias, mas entende que não é uma solução a ser replicada à
36 todo o Estado. Porém, a flexibilidade entra neste sentido, podendo ser usada essa
37 solução onde for possível. Cita que é possível reduzir custos a partir de arranjos
38 institucionais com apoio técnico localizado, combinando e otimizando projetos. Coloca
39 que uma solução para implantação da cobrança é considerar a solidariedade
40 financeira, pois há, em uma determinada bacia, regiões com maior potencial
41 econômico do que outras. Portanto, poderia se trabalhar com esse financiamento
42 cruzado dentro de uma mesma bacia. Expõe que isso já é considerado em algumas
43 bacias onde a cobrança é implantada. Vitor Emanuel Quevedo coloca que um ponto
44 que não se deve perder é a questão da transparência no que tange à aplicação dos
45 recursos arrecadados. Após breves debates, passou-se à próxima questão
46 motivadora: Com a não implantação das Agências, quais alternativas podem ser
47 consideradas para prestar o apoio técnico tão fundamental ao bom desempenho dos
48 Comitês? Guilherme Marques coloca que a solução mais viável frente a não
49 implantação das agências é a das entidades delegatárias. Outra alternativa é aquela
50 que esta sendo implantada na Bacia do Pardo, onde há o investimento direto do setor
51 privado em ações específicas. Coloca ainda que, pela lei, há a dependência dos
52 instrumentos cobrança e agência, sendo estes indissociáveis, sendo este um fator da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO – DRHS
MODERNIZAÇÃO LEI 10.350/1994

53 não implantação dos órgãos de apoio técnico. Após breves debates, Paulo Paim
54 coloca que se alguma entidade desejar elaborar algum documento técnico com
55 proposições ou considerações a serem feitas, além dos temas que já estão
56 contemplados no questionário, é possível que faça o envio deste documento até a
57 data de 22/03 para ser trabalhado no diagnóstico. Demais Assuntos: Jussara Cabral
58 coloca que um ponto que deve ser contemplado na legislação é a questão de
59 diretrizes e critérios relativos ao tema de segurança de barragens, que hoje não está
60 na Lei 10.350/1994. Cleber Palma coloca que um dos pontos que acha importante ser
61 abordado é a questão do Comitê Gestor da Laguna dos Patos. Coloca que há uma
62 necessidade de gestão deste corpo hídrico tendo em vista o impacto das diversas
63 bacias na região, podendo também este comitê ser um incentivo à integração de
64 diversos atores institucionais da região do litoral. Guilherme Marques coloca que uma
65 proposta é a adoção de contratos vinculantes, trazendo os Municípios e consórcios
66 para dentro do sistema, o que gera canalização de investimentos para projetos
67 específicos. Cita ainda que é necessário que os planos de saneamento tenham uma
68 interface maior com os planos de bacia. Carlos Alberto Mendes cita que há a
69 possibilidade de se fazer uma integração maior entre as universidades, visando criar
70 soluções técnicas para problemas que são comuns a diversas bacias do Estado. Não
71 havendo mais assuntos a ser debatido, a oficina se deu por encerrada.